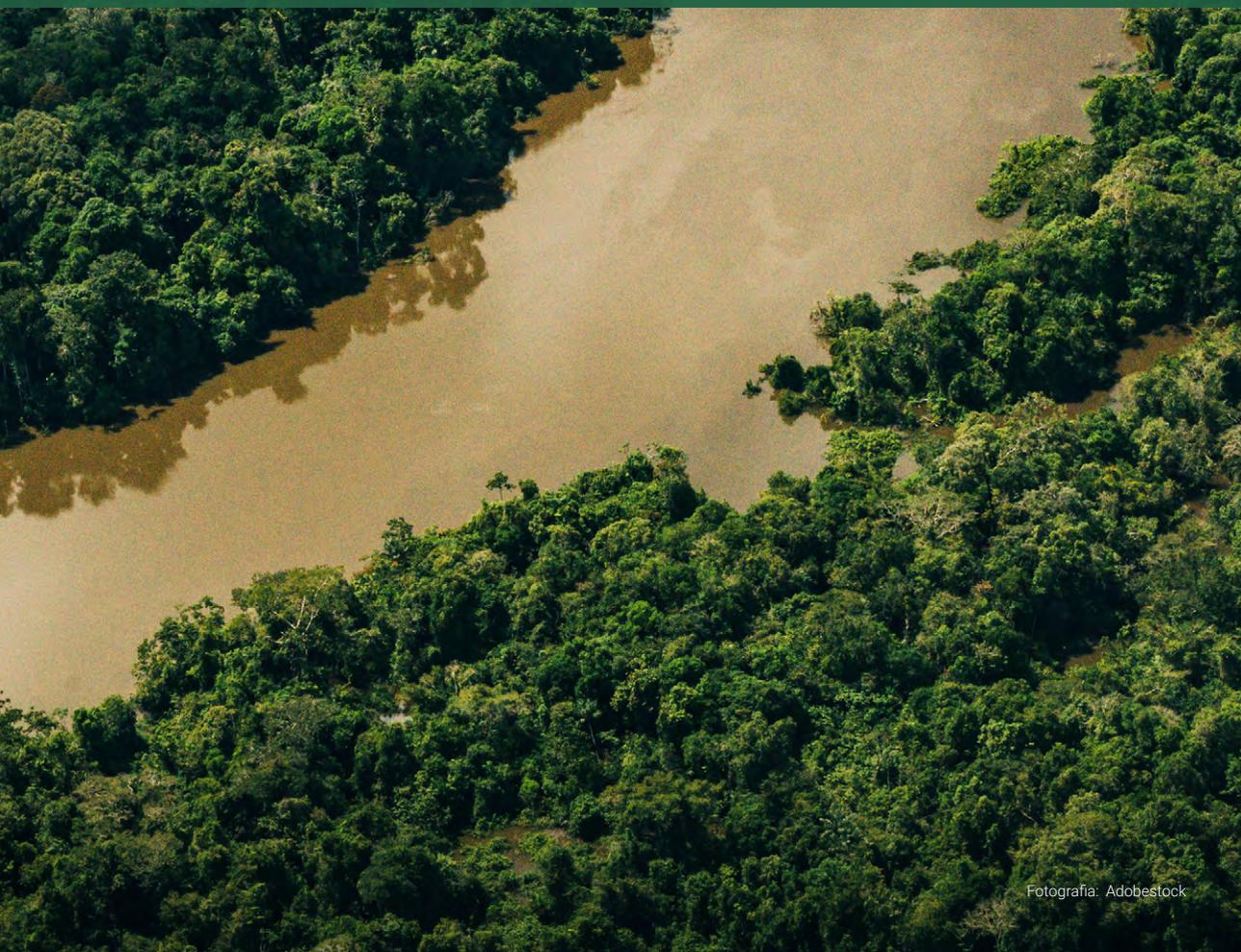


# Mobilizando o capital para paisagens sustentáveis

Mecanismos financeiros inovadores para uma  
transição net-zero positiva para a natureza

Abril 2024



# Principais conclusões

Este estudo oferece uma visão geral do que são abordagens de paisagem e jurisdicional (LA/JA) e sua importância para as instituições financeiras no cumprimento de compromissos de sustentabilidade, minimização de riscos e maximização de impactos socioambientais positivos. Além disso, examinamos as iniciativas já implementadas por algumas das principais instituições financeiras da América Latina para promover paisagens sustentáveis, destacando o papel do CDP em apoiar sua instituição na condução de iniciativas alinhadas aos critérios LA/JA. O documento apresenta três conclusões principais que abordam os avanços, conquistas e desafios associados à mobilização de capital para a promoção de paisagens sustentáveis:

- 1** **Abordagens de paisagem e mecanismos inovadores para financiá-las serão fundamentais para as instituições financeiras se protegerem contra os riscos em cascata a nível de paisagem presentes em suas carteiras e para atenderem a seus próprios compromissos de neutralidade de carbono, biodiversidade e não desmatamento.**
- 2** **As instituições financeiras têm a capacidade de canalizar capital para impulsionar iniciativas de abordagens de paisagem e jurisdicional (LA/JA). Contudo, é crucial contar com a participação de outros atores da paisagem, como sindicatos, cooperativas, comunidades locais, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e o governo, a fim de potencializar os impactos positivos. Uma estratégia de ação eficaz requer a colaboração de múltiplos stakeholders e a definição de objetivos e metas coletivos.**
- 3** **O CDP pode apoiar seus stakeholders em seus esforços para se envolverem, colaborarem e investirem em LA/JA promovendo maior transparência dessas informações, o que se reverte em mais dados e produção de conhecimento para apoiar a tomada de decisão.**

# Índice

- 04 **O que são Abordagens de Paisagem e Jurisdicionais (LA/JA)?**
- 05 **O que caracteriza investimento em paisagem?**
- 08 **Quais são as vantagens de sua implementação?**
- 13 **Como mobilizar os fluxos de capitais para Investimentos Sustentáveis?**
- 18 **O que o mercado tem feito para impulsionar os financiamentos em paisagem?**
- 22 **Considerações Finais**
- 24 **Tomada de decisão com base em dados**

## **Avisos Importantes**

O conteúdo deste documento pode ser usado por qualquer pessoa, contanto que seja reconhecida a autoria do CDP Latin America. Isto não representa uma licença para realizar uma releitura ou revenda de qualquer informação relatada ao CDP ou aos autores apresentados neste relatório. Caso pretenda realizar uma releitura ou revender qualquer conteúdo contido neste relatório, é necessário obter uma autorização prévia e expressa do CDP. Não se recomenda atuar com base nas informações contidas nesta publicação sem obter aconselhamento profissional específico. Na medida permitida pela lei, o CDP não aceita ou assume qualquer compromisso, responsabilidade ou dever de arcar com qualquer consequência de qualquer outra pessoa agindo ou se abstendo em função das informações contidas neste relatório ou por qualquer decisão nele baseada. Todas as informações e pontos de vista aqui expressos pelo CDP estão baseados em seus julgamentos no momento da elaboração deste relatório e estão sujeitos a alterações sem aviso prévio devido a fatores econômicos, políticos e específicos da empresa. Os comentários realizados pelos convidados neste relatório refletem os pontos de vista e perspectivas dos respectivos autores; a inclusão dos comentários não significa o endosso deles. O CDP, seus membros e empresas afiliadas, ou seus respectivos acionistas, membros, parceiros, responsáveis, diretores, executivos e/ou funcionários podem ter uma posição nos títulos imobiliários das empresas aqui discutidas. 'CDP Latin America' e 'CDP' registrada no Brasil sob o nº 12.632.882/0001-97.

© 2024 CDP. Todos os direitos reservados.

# O que são Abordagens de Paisagem e Jurisdicionais (LA/JA)?

**As abordagens de paisagem e jurisdicionais (LA/JA) constituem uma estrutura de gestão capaz de integrar ações coordenadas de diversas partes interessadas em uma paisagem ou jurisdição. Este modelo de gestão objetiva lidar com desafios relacionados ao desmatamento e degradação do ecossistema que impõe consequências ambientais, sociais e econômicas, desafios esses que transcendem a eficácia de intervenções isoladas em nível de projeto individual.**

A implementação de projetos alinhados aos critérios de LA/JA é apoiada por atores privados e públicos como parte de estratégias de gerenciamento sistêmico e integrado, em que várias partes interessadas, tipos de uso da terra, funções ecológicas e objetivos de desenvolvimento são alinhados sob uma visão compartilhada do contexto. As abordagens de paisagem têm o potencial de maximizar as contribuições do setor privado para as metas ambientais e proporcionar benefícios socioecológicos e econômicos, incluindo resiliência, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, manutenção e aprimoramento dos serviços ecossistêmicos, e melhores condições de subsistência e bem-estar humano.

## Abordagem de Paisagem

Abordagem de gestão baseada no espaço, que envolve a colaboração das partes interessadas em uma paisagem para avançar metas compartilhadas de sustentabilidade e construir resiliência. Buscam reconciliar e otimizar múltiplos objetivos sociais, econômicos e ambientais nos múltiplos setores econômicos e usos da terra para determinada paisagem. Essas abordagens são implementadas por meio de planos de uso do solo, políticas, iniciativas e investimentos de longo prazo, entre outras intervenções.

## Abordagem Jurisdicional

São um tipo de abordagem de paisagem, para avançar metas compartilhadas de sustentabilidade em lugares onde a paisagem está definida por fronteiras administrativas de governos subnacionais ou nacionais, e onde a abordagem é implementada em conjunto com um alto nível de envolvimento por parte do governo.

Ao se comprometerem a promover as melhores práticas visando eliminar o desmatamento e a conversão provocados por commodities de maior risco florestal (FRC), bem como impulsionar a transição sustentável de suas investidas em escala de paisagem, as instituições financeiras podem simultaneamente viabilizar a realização de metas climáticas, apoiar a biodiversidade e a segurança alimentar, mitigar riscos e preparar-se para futuras regulamentações.

# O que caracteriza investimento em paisagem?

**Apesar do aumento nos compromissos financeiros e inovações nos últimos anos para apoiar negócios e projetos com maior sustentabilidade ambiental e social, esses esforços frequentemente direcionaram-se para investimentos específicos em setores individuais, portanto, seus benefícios sociais e ambientais ficam concentrados e reduzidos<sup>1</sup>.**

Em contrapartida, os investimentos em paisagem direcionam o capital para iniciativas que operam em escala de paisagem como um bioma, bacia hidrográfica ou até mesmo a zona de abastecimento de uma empresa, operando em uma área ecológica ou administrativa composta por ecossistemas, pessoas, autoridades e múltiplos usos da terra. Nesse contexto, considera-se os múltiplos objetivos das várias partes interessadas que dispõe de visões e necessidades únicas para o estabelecimento de metas e ações coletivas que promovam o desenvolvimento sustentável, bem-estar humano, conservação e restauração da paisagem e retorno financeiro.

As categorias de investimento em paisagem englobam investimento de impacto, práticas de produção agrícola que contribuem para múltiplos objetivos de paisagem, restauração ou proteção de ativos naturais em terras públicas ou privadas e tantas outras atividades que possuem impacto

em escala e maximizam os benefícios ambientais, sociais e econômicos<sup>2</sup>. Entretanto, para assegurar que estejamos direcionando investimentos para iniciativas verdadeiramente alinhadas à abordagem de paisagem, é essencial observar critérios que assegurem a implementação de projetos de maneira eficaz e robusta:

## Escala

A operação da iniciativa ou estratégia deve ser feita na escala de uma paisagem como um bioma, bacia hidrográfica ou zona de abastecimento de uma empresa. Toda abordagem de paisagem deve demonstrar operação na escala de uma área ecológica ou administrativa reconhecida, composta por ecossistemas, pessoas, autoridades e múltiplos usos da terra.

## Múltiplas partes interessadas

As visões e necessidades das partes interessadas relevantes devem ser incluídas no projeto, implementação, monitoramento e avaliação de uma iniciativa. Normalmente, isso requer uma estrutura de governança estabelecida ou formal que se reúna de forma frequente e estruturada para discutir e tomar decisões sobre o curso dos objetivos da paisagem e a estratégia de implementação.

### Metas e ações coletivas

Uma iniciativa de paisagem eficaz deve ser implementada com base em metas compartilhadas entre as partes interessadas relevantes, abordando desenvolvimento sustentável, bem-estar humano, conservação e restauração da paisagem, restauração e retorno financeiro.

### Sistema transparente de relatórios ou informações

Avaliações de linha de base, responsabilidade transparente e a integração de sistemas de monitoramento públicos são fundamentais para que as empresas demonstrem suas ações e contribuições para o desempenho e os resultados em nível de paisagem. De acordo com as percepções de divulgação do CDP de 2022, esse critério é geralmente o menos desenvolvido nos compromissos corporativos em LA/JA.

**Em 2022, quase metade das iniciativas corporativas em LA/JA reportadas ao CDP atendeu a esses critérios básicos<sup>3</sup>. Muitas iniciativas foram além, integrando estruturas abrangentes de relatórios, sistemas de governança sólidos ou planos de ação coletivos abrangentes. Com base nesses critérios, a divulgação das empresas é avaliada em três níveis conforme exposto na coluna ao lado.**

-  **Completo:** A abordagem da paisagem ou jurisdicional é robusta e está em um estágio de maturidade para fornecer resultados de sustentabilidade duradouros na paisagem em questão. Empresas envolvidas em iniciativas abrangentes devem ser capazes de demonstrar que as iniciativas incorporam totalmente todos os quatro critérios de abordagens de paisagem e jurisdicional.
-  **Parcial:** A iniciativa está em estágio inicial ou intermediário de desenvolvimento e demonstra que está progredindo de maneira constante em direção à maturidade. A iniciativa deve cumprir o primeiro critério de escala, e as empresas devem ser capazes de demonstrar que ações ou investimentos estão apoiando o progresso em direção ao cumprimento dos três critérios adicionais.
-  **Incompleto:** A abordagem da paisagem ou jurisdicional não se qualifica como credível ou madura. Iniciativas que não se qualificam podem não operar na escala de uma fronteira geográfica, administrativa ou ecológica reconhecida, ou não demonstram evidências de abordar ou planejar abordar os três critérios adicionais.

1 Shames, Seth, and Sara J. Scherr. Mobilizing Finance across Sectors and Projects to Achieve Sustainable Landscapes: Emerging Models. Washington, DC: EcoAgriculture Partners. 2020.

2 Shames, Seth, Margot Hill Clarvis, and Gabrielle Kissinger. "Financing Strategies for Integrated Landscape Investment: Synthesis Report," in Financing Strategies for Integrated Landscape Investment, Seth Shames, ed. Washington, DC: EcoAgriculture Partners, on behalf of the Landscapes for People, Food and Nature Initiative. 2014.

3 Disclosure Insight Action (CDP). Meeting nature goals: Landscape and Jurisdictional Approaches. 2023.



# Quais são as vantagens de sua implementação?

**Ao adotar iniciativas alinhadas aos critérios das Abordagens de Paisagem e Jurisdicionais, nos posicionamos em um amplo espectro de benefícios, abrangendo desde o reforço da integridade ecológica, até a mitigação de riscos financeiros, o estímulo à diversificação de fontes de receitas e inúmeros outros ganhos econômicos, sociais e ambientais. A seguir, destacamos as principais vantagens decorrentes da implementação dessas abordagens.**

## **Conservação e aprimoramento dos serviços ecossistêmicos**

A gestão ambiental a nível de paisagem garante o funcionamento dos sistemas naturais de forma sistêmica, promovendo a resiliência de estruturas e processos biofísicos que garantem o funcionamento dos ecossistemas - interações complexas e dinâmicas entre plantas, animais, micróbios e características ambientais físicas. Dessa forma, é possível alcançar integridade ecossistêmica e o aumento da provisão de serviços ecossistêmicos que são produzidos como resultado dessas interações ecológicas.

Os serviços ecossistêmicos são definidos como os benefícios que o ser humano obtém da natureza, derivados do funcionamento dos ecossistemas como florestas, pastagens, manguezais e até

mesmo áreas urbanas<sup>4</sup>. Tais benefícios podem ser providos em escala local, regional e global, fornecendo à sociedade e produção econômica:

- ▼ [i] bens e serviços tangíveis como alimentos, madeira, energia, abastecimento de água, recursos medicinais, bioquímicos e genéticos e etc;
- ▼ [ii] regulação dos processos naturais como sequestro de carbono, regulação da qualidade do ar, segurança hídrica, controle de pragas, e etc;
- ▼ [iii] serviços culturais como atividades de recreação e turismo, educação científica e serviços de pesquisa, atividades simbólicas, espirituais, artísticas, e etc, e
- ▼ [iv] serviços de apoio à ciclagem de nutrientes, formação, proteção e descontaminação de solos, e etc.

É válido mencionar que a biodiversidade, compreendida como a variedade de espécies, representa um ponto central para a manutenção das interações e processos ecológicos que resultam nos serviços ecossistêmicos<sup>5</sup>. Consequentemente, a perda de habitats e extinção acelerada das espécies provocam a diminuição na oferta de benefícios ambientais. No setor agropecuário, isso pode acarretar o aumento dos custos de produção e em quebras de safra devido a variação extrema

de chuvas e secas e aumento da incidência de pragas, por exemplo. Esses impactos são especialmente percebidos pelos sistemas agrícolas convencionais, os quais muitas vezes estão desconectados da natureza ao seu redor e altamente dependentes de insumos.

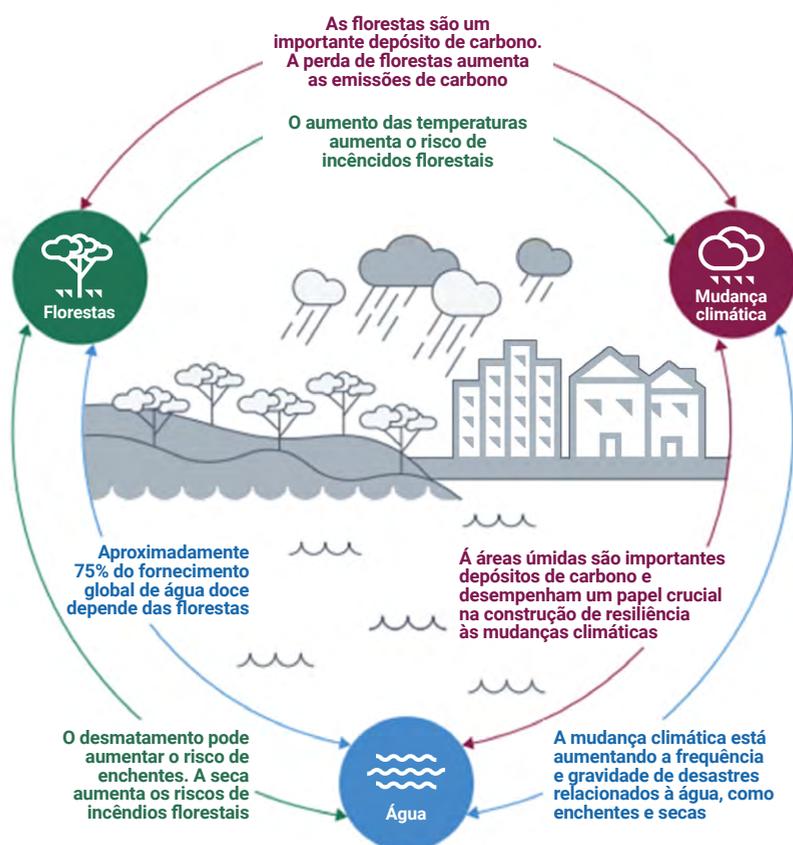
## Resiliência às mudanças climáticas

Apesar de clima e natureza serem tratados separadamente, priorizando-se, em grande medida, ações de combate às mudanças

climáticas, é importante destacar que existe uma interação sinérgica e complexa entre ambos, com mecanismos fortes de retroalimentação, como é possível ver na imagem abaixo.

As mudanças climáticas e o aumento das temperaturas globais são um dos fatores que têm contribuído com a degradação da natureza, seja pelas inundações, incêndios florestais, acidificação dos oceanos, entre outros fenômenos que têm se materializado; enquanto essa perda de natureza, por sua vez, aumenta

## Mudança climática, florestas e recursos hídricos estão interconectados



o ritmo das alterações climáticas, tendo em vista a redução em sua capacidade de sequestrar carbono e alteração na infraestrutura natural importante para a resiliência climática ou mudanças no uso da terra para atender às necessidades de bioenergia.

Sendo assim, o negligenciamento da relação entre clima e natureza pode levar o planeta a pontos de inflexão perigosos e irreversíveis. De modo que se faz cada vez mais necessário reverter essa retroalimentação negativa e criar um ciclo virtuoso, promovendo a transição para uma economia próspera com foco não só em emissões líquidas zero, mas também positiva para a natureza.

## **Gerenciamento de Riscos e Oportunidades**

Os investimentos em paisagens sustentáveis também podem apoiar na mitigação da materialização de riscos associados a natureza para além dos riscos financeiros relacionados com o clima, mitigando o ciclo negativo de retroalimentação visto anteriormente, o que, por sua vez, pode contribuir para melhorar a análise de cenários baseada em dados históricos e a precificação de riscos.

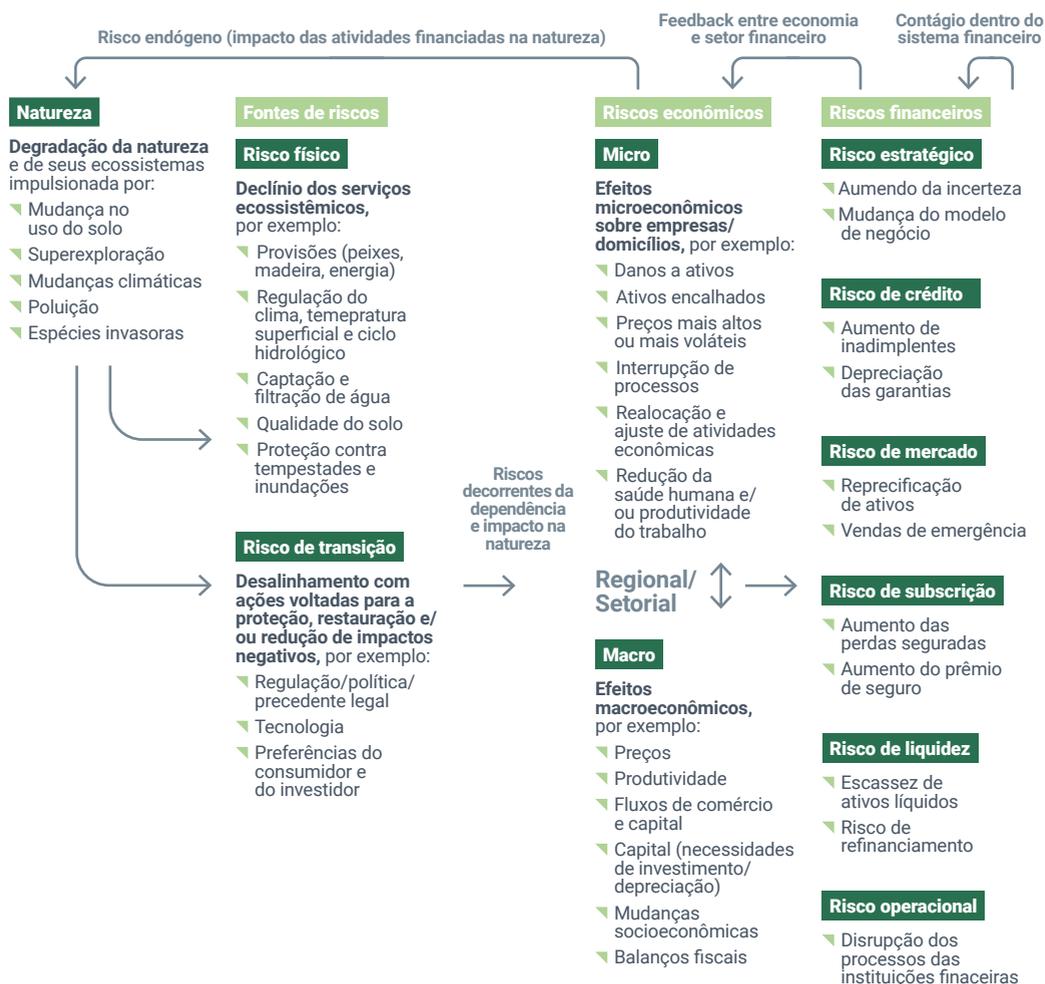
A figura exposta na próxima página, adaptada do [documento técnico](#) produzido pelo *Network for Greening the Financial System*, um grupo global de bancos centrais e outros supervisores/reguladores do mercado financeiro, mostra como os riscos associados à natureza podem se materializar do ponto de vista econômico e financeiro.

Com isso em vista, caso os riscos associados à natureza não sejam devidamente precificados, a sua subestimação pode ter reflexos sobre a estabilidade do sistema financeiro como um todo. Além disso, vale destacar que os investimentos em paisagem têm potencial de impacto não só no que tange a mitigação de emissões, promovendo também outros impactos positivos sobre a natureza e comunidades locais. Isso pode evitar transbordamentos inesperados e consequências severas não previstas quando as ações se concentram exclusivamente na mitigação e adaptação climática. Ademais, é importante levar em consideração que esses investimentos podem apoiar na maximização de potenciais sinergias que só uma abordagem integrada e holística entre clima e natureza pode promover, refletindo-se também em ganhos de escala e maior eficiência de custos.

## **Novas fontes de receitas**

As abordagens de paisagem também podem ser praticadas para apoiar e ampliar a implantação de Soluções Baseadas na Natureza (NbS). Essas soluções referem-se a iniciativas destinadas a preservar, manejar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, abordando os desafios da sociedade de forma eficaz e adaptativa e proporcionando bem-estar humano e benefícios à biodiversidade. Ao serem incorporadas por abordagens de paisagem, as NbS integram-se a ecossistemas extensos, ampliando

# Canais de transmissão



Fonte: Adaptado de Network for Greening the Financial System Technical, 2023.

seus impactos positivos em uma escala mais abrangente. Anualmente, o financiamento privado destina USD 18 bilhões para a execução de iniciativas alinhadas aos critérios de Soluções Baseadas na Natureza (NbS), abrangendo uma ampla gama de categorias de investimento que incluem a promoção de uma cadeia de abastecimento sustentável, compensação de biodiversidade e investimento de

impacto em private equity<sup>6</sup>. No entanto, os investimentos em NbS precisarão triplicar até 2030 e quadruplicar até 2050 para que tenhamos alguma perspectiva de lidar com a urgência planetária<sup>7</sup>.

Nessa perspectiva, as instituições financeiras têm criado mecanismos financeiros inovadores para impulsionar a implementação de Soluções Baseadas na Natureza, garantir novas fontes de receita

e viabilizar o alcance de seus compromissos net-zero e de economia positiva para a natureza. Um exemplo notável é o Fundo de Crédito ESG da JGP, lançado em novembro de 2020, que apresentou a melhor performance entre outros fundos tradicionais da casa com um retorno anual de CDI+3,1% em 2022, demonstrando que é possível combinar retorno e impacto.

No que tange cases de restauração, a JGP vem desenvolvendo mecanismos financeiros para recuperação de áreas degradadas através da implementação de sistemas agroflorestais. A JGP também financiou BRL 32 milhões do CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) da Tobasa, que opera com bioeconomia de base florestal não-madeireira na maior floresta tropical de oleaginosas do mundo: a Mata dos Cocais, na transição entre cerrado e Amazônia, permitindo o reequilíbrio financeiro da empresa e sua expansão, que envolve uma rede de 1,500 famílias de extrativistas de babaçu em uma das regiões mais socialmente e ambientalmente vulneráveis do Brasil.

A instituição também foi ESG Advisory e financiou parte dos BRL 150 milhões em CRAs sustentáveis da Capal, cooperativa de produtores rurais com mais

de 3,7 mil cooperados nos estados de São Paulo e Paraná. Os recursos beneficiarão quase 800 cooperados comprometidos com o desmatamento zero, abrangendo mais de 140 mil hectares de terras. O objetivo é promover o alinhamento do cooperativismo brasileiro às melhores práticas de agricultura de baixo carbono visando acelerar a transição do agronegócio brasileiro para modelos climaticamente eficientes, socialmente inclusivos e naturalmente positivos

### **Créditos de Carbono de Alta Qualidade**

Ao investir em abordagem fundamentada nos critérios de gestão integrada de paisagens, também logramos fomentar a produção de créditos de carbono de elevado padrão alinhados ao princípio de qualidade, norteador das melhores práticas para garantir o impacto e credibilidade do uso voluntário destes créditos<sup>8</sup>. O princípio de qualidade exige que os projetos demonstrem co-benefícios além da mitigação de emissões, assegurando desde a conservação da paisagem e aprimoramento da biodiversidade até a melhoria da segurança alimentar e outros benefícios sociais.

4 Millennium Ecosystem Assessment. Ecosystems and Human Well-Being: Opportunities and Challenges for Business and Industry. 2005.

5 Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD). Recommendations of the Taskforce on Nature-related Financial Disclosure. 2023.

6,7 United Nations Environment Programme. State of Finance for Nature: The Big Nature Turnaround Repurposing \$7 trillion to combat nature loss. 2023.

8 Disclosure Insight Action (CDP). Position Paper on Carbon Credits. 2023.

# Como mobilizar os fluxos de capitais para Investimentos Sustentáveis?

**O Mercado de Capitais desempenha um papel-chave em conectar Emissores – que buscam fontes e melhores condições de financiamento para viabilizar projetos sustentáveis, e Investidores – que buscam diversificar a alocação de seus recursos e/ou mesmo alinhá-los aos seus compromissos net-zero e de economia positiva para a natureza, combinando retorno e impacto. Nesse sentido, entre as diversas abordagens de investimento disponíveis, o mercado de dívida tem se mostrado bastante promissor, superando a emissão de USD 2 trilhões em 2022.**

Para garantir a integridade desse mercado, a International Capital Markets Association (ICMA) fornece um framework amplamente adotado para rotulagem de dívida sustentável com diretrizes de processo voluntário em termos de uso e de gestão dos recursos, processo de avaliação e seleção de projetos elegíveis, e reporting. Além disso, seja no pré ou no pós-emissão, uma validação externa é altamente recomendada, sendo que a ICMA também fornece guidelines para External Reviews.

Nesse mercado, podemos identificar dois tipos de investimentos: baseados em uso-de-recursos e baseados em performance, que, por sua vez, serão rotulados de acordo com alguns critérios:

## **Títulos ou Valores Mobiliários baseados em uso de recursos**

Os recursos devem ser obrigatoriamente direcionados para projetos elegíveis de acordo com o objetivo do título, que, por sua vez, pode ser rotulado como verde, social ou sustentável (Green Bonds, Social Bonds, Sustainability Bonds). Esses tipos de títulos devem ter objetivos e benefícios ambientais, sociais ou ambos, respectivamente, muito claros, e, quando possível, quantificáveis.

## **Títulos ou Valores Mobiliários baseados em performance**

Os recursos podem ser usados para diferentes finalidades pelo Emissor, e, portanto, não são classificados pelo uso dos recursos. Todavia, metas ESG são definidas e deverão ser alcançadas pelo Emissor durante a vigência de seu financiamento. Esse tipo de título atrela o desempenho dessas metas ao cupom do empréstimo, que pode variar de acordo com o cumprimento ou não das metas, e por isso são chamados de títulos vinculados à sustentabilidade (Sustainability-linked Bonds).

A rotulagem dos títulos é fundamental para que os Investidores possam selecionar onde alocar os seus recursos, podendo identificar aqueles produtos financeiros que mais são consistentes com seu perfil, objetivos e estratégias. Todavia, ainda não existe uma taxonomia global amplamente utilizada, sendo que o framework da ICMA não entra nesse mérito para a rotulagem dos títulos.

Globalmente, apesar de usarem os artigos 8 (investimentos com características de sustentabilidade) e 9 (investimentos sustentáveis) da SFDR (Sustainable Finance Disclosure Regulation) como se fossem artigos para rotulagem de produtos, é importante destacar que essa regulação é para ampliar a transparência do setor financeiro a nível de entidade e a nível de produtos. Já no Brasil, a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) lançou um normativo autorregulatório, onde os valores mobiliários baseados em uso dos recursos podem receber o sufixo IS em suas razões sociais, exigindo consistência e transparência no que diz respeito ao seu rótulo com seu objetivo, governança, estratégia e gestão.

Os Investimentos em Paisagens Sustentáveis, caso seus critérios sejam plenamente atendidos, poderão ser rotulados como títulos de sustentabilidade, uma vez que envolvem uso dos recursos em projetos com benefícios econômicos, ambientais e sociais com foco no público-alvo ao entorno da paisagem beneficiada. Os investimentos com base em performance

também podem ser utilizados para beneficiar Emissores em uma determinada paisagem, incluindo metas para que esses Emissores tenham um impacto positivo no ambiente em que atuam.

Com base em suas SPOs (Opiniões de Segunda Parte), a Moody's publicou recentemente que as estruturas com base em uso dos recursos apresentam normalmente uma qualidade mais elevada do que aquelas com base em performance. Isso pode ser explicado principalmente em decorrência da fase inicial de desenvolvimento das estruturas vinculadas à sustentabilidade bem como em decorrência da heterogeneidade e ambição na definição de metas. No entanto, a agência acredita que a qualidade das estruturas vinculadas à sustentabilidade aumente com a evolução do mercado. Com isso em vista, as abordagens de paisagem podem fortalecer essas estruturas ao extrapolar a visão do Emissor para o Emissor em seu entorno de atuação.

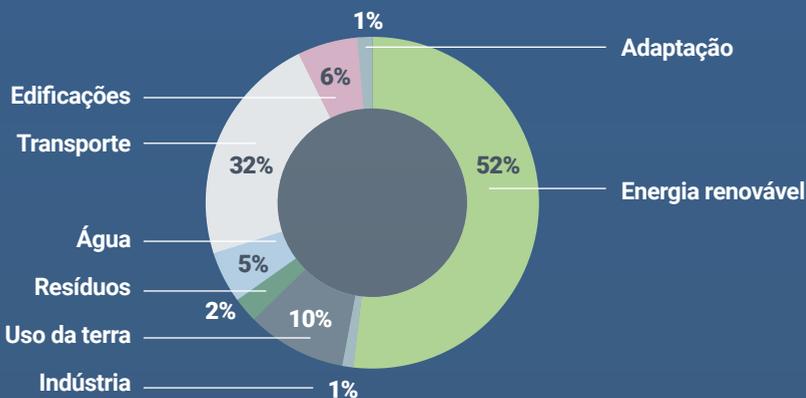
A seguir podemos ver a perspectiva da [Climate Bonds Initiative](#) sobre o panorama geral do mercado de dívida rotulada.



# Qual o panorama geral do mercado de dívida sustentável?

O aumento do uso de instrumentos de financiamento inovadores para uma economia mais verde é um pilar fundamental para viabilizar a transição rumo a sistemas agrícolas resilientes e de baixo carbono, agindo como catalisador do financiamento e gerenciamento integrado da paisagem. Os títulos rotulados como verde, social, sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade (VSS+) representam, portanto, uma oportunidade para Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) e investidores privados financiarem projetos verdes, que podem ter interesse em atuarem como investidores-âncora em emissões locais de títulos rotulados, aumentando a credibilidade percebida do emissor e a confiança do mercado. Os títulos rotulados também podem ajudar a dar o pontapé inicial e a expandir os mercados locais, atraindo uma base diversificada de investidores, como investidores internacionais interessados em aumentar seus portfólios sustentáveis com instrumentos prontos para investimento. Na América Latina e Caribe (ALC), a emissão de instrumentos VSS+ cresceu de USD 10 bilhões para USD 41 bilhões entre 2019 e 2022, enquanto globalmente a proporção de títulos rotulados em relação aos tradicionais permaneceu a mesma, na ALC esses instrumentos vêm aumentando. Ao analisar mais profundamente as oportunidades de financiamento do cenário no mercado de VSS+, até o final de 2022 os setores de Agricultura, Florestas e Uso do Solo (AFOLU, sigla em inglês) receberam 10% do uso de recursos de títulos verdes e 12% dos títulos de sustentabilidade emitidos na região da ALC.

## Porcentagem do uso de recursos verdes por setor



Fonte: Climate Bonds Initiative, 2023.

## Lista de setores e suas consecutivas porcentagens de emissão das emissões globais de CO<sub>2</sub> e uso dos recursos verdes

SETOR	EMISSÃO GLOBAIS DE CO <sub>2</sub>	USO DE RECURSOS
Energia renovável	<b>29.3%</b>	<b>52%</b>
Transportes	<b>25.8%</b>	<b>23%</b>
Edificações	<b>11.5%</b>	<b>6%</b>
Uso da terra	<b>11.3%</b>	<b>10%</b>
Resíduos	<b>3.2%</b>	<b>2%</b>
Indústria	<b>19.0%</b>	<b>1%</b>
Outros (água, TIC etc)	<b>0.2%</b>	<b>5%</b>

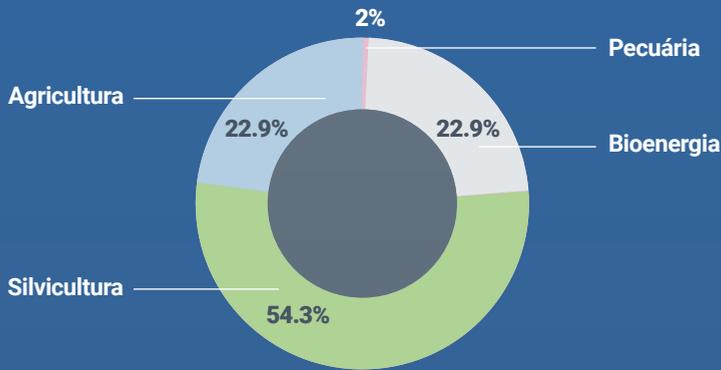
Fonte: Climate Bonds Initiative, 2023.

O uso dos recursos dos títulos rotulados ou a destinação de capital para os setores AFOLU varia de acordo com as necessidades e oportunidades de cada país. No México, por exemplo, o capital dos títulos rotulados é alocado principalmente para sistemas de agricultura e irrigação protegidos, liderados pelo FIRA, banco de desenvolvimento agrícola do país, que vem financiando não apenas a mitigação no setor agrícola, mas também projetos de adaptação e a resiliência, com o primeiro título de resiliência de USD 154,9 milhões emitido na região.

No caso do Brasil, as empresas corporativas têm dominado as emissões nos setores Florestal e Agrícola, com USD 5,7 bilhões e USD 2,4 bilhões, respectivamente, em emissões acumuladas até 2022. Os títulos florestais alocaram capital principalmente para o refinanciamento de fábricas de produção de papel e celulose e para o gerenciamento sustentável de florestas, e os títulos agrícolas destinaram predominantemente recursos para maquinário e equipamentos de produção eficientes e de baixo carbono, bem como para sistemas de gerenciamento inteligente na produção agrícola.

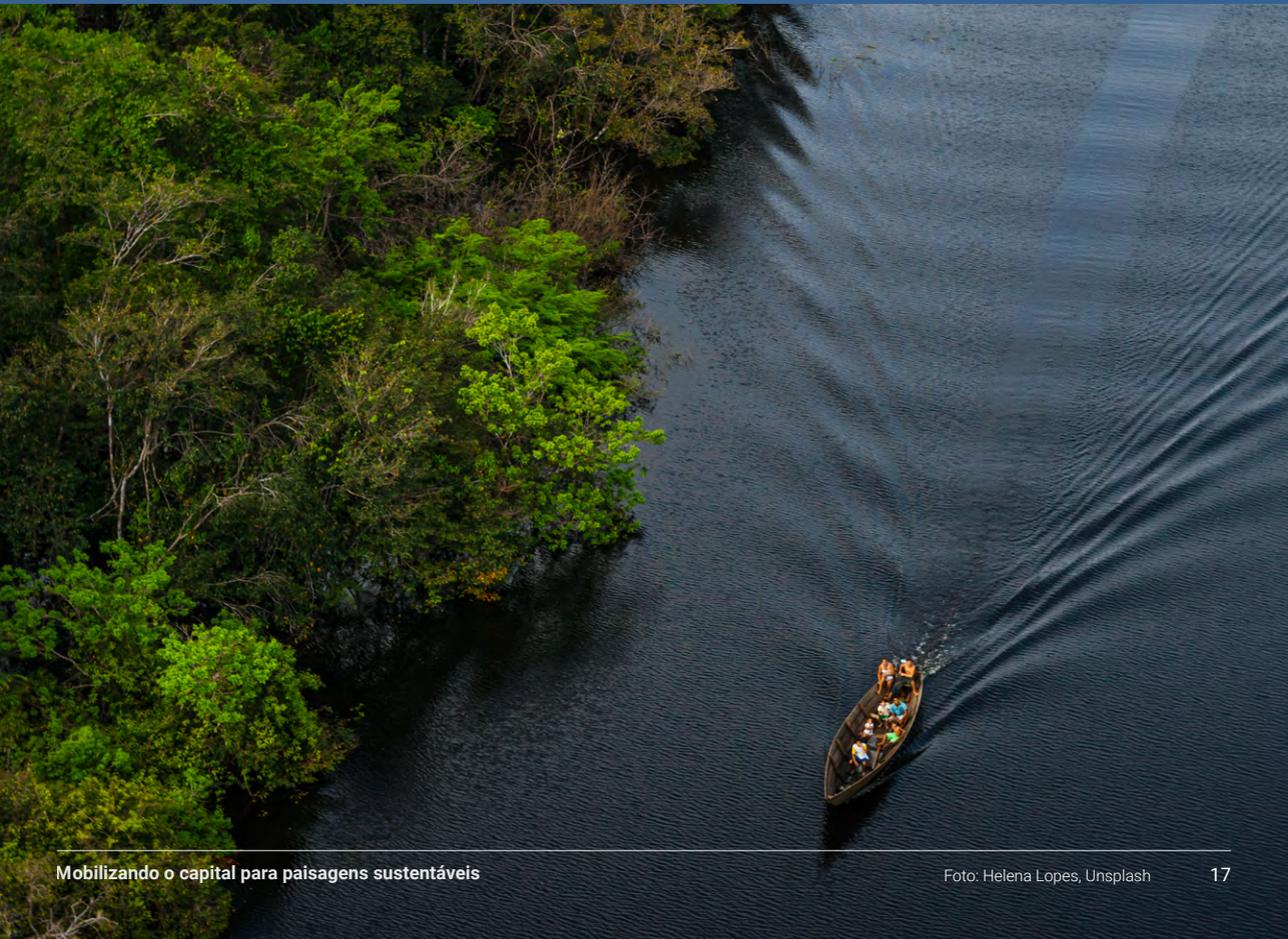
A matéria-prima para bioenergia também é uma excelente oportunidade para ser financiada com instrumentos rotulados, já que as empresas podem ter acesso a financiamento sustentável para apoiar o cumprimento das metas de emissões e destinar o uso dos recursos para ampliar os investimentos em projetos menores. O setor de bioenergia no Brasil vem crescendo exponencialmente e o maior financiamento acumulado de USD 2,4 bilhões foi destinado ao setor por meio de instrumentos rotulados, financiando principalmente OPEX e CAPEX para a produção de etanol de milho e cana-de-açúcar, plantas industriais e projetos de economia circular.

## Silvicultura é o setor AFOLU mais financiado por títulos VSS+



Fonte: Climate Bonds Initiative, 2023.

O presente relatório foi produzido pelo CDP e contou com contribuições da Climate Bonds sobre o panorama do mercado de dívida sustentável. Os autores agradecem o apoio recebido pela Climate Bonds na produção do relatório e pelo feedback e conhecimentos fornecidos. No entanto, a análise e as conclusões apresentadas são responsabilidade do CDP e podem diferir dos pontos de vista apresentados nos trabalhos próprios da Climate Bonds.



# O que o mercado tem feito para impulsionar os financiamentos em paisagem?

**Observamos uma tendência crescente nas instituições financeiras que optam por alocar seu capital em projetos alinhados aos critérios de Abordagens de Paisagem e Jurisdicionais (LA/JA), especialmente as abordagens de paisagens. Esses investimentos emergem como uma nova perspectiva para potencializar os ganhos econômicos, sociais e ambientais de instrumentos financeiros inovadores.**

## Vert Securitizadora

Com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento territorial, ampliar a produção de bioingredientes das cooperativas e associações agroextrativistas e contribuir para a conservação da Amazônia, a [VERT Securitizadora](#), o [Fundo Brasileiro para a Biodiversidade \(FUNBIO\)](#) e a [Natura](#) uniram forças para implementar o Mecanismo de Financiamento Amazônia Viva. Este mecanismo, que adota uma abordagem de financiamento híbrido (blended finance), compreende um veículo de crédito e um fundo de investimentos não-reembolsáveis, ambos alinhados sob o mesmo processo de governança.

O primeiro instrumento, um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) gerido pela VERT, oferece

financiamentos anuais a cooperativas e associações da sociobiodiversidade na Amazônia, com uma taxa de juros de 8% ao ano. A Natura desempenha um papel crucial, indicando cooperativas e associações para receberem o crédito, além de participar como investidora do CRA. A presença da Natura como off-taker, prevendo a compra das safras, contribui para mitigar riscos para outros investidores, fechando um ciclo virtuoso do crédito ao acesso ao mercado.

O segundo instrumento é o Fundo Facilitador (ECF), gerido pelo FUNBIO, um fundo filantrópico não-reembolsável que investe em capacitação, conservação, regeneração, digitalização e infraestrutura para fortalecer as cadeias da sociobiodiversidade e os territórios associados. A atuação combinada dos dois instrumentos oferece sinergias que permitem criar um círculo virtuoso entre financiamento antecipado e investimento estruturante já baseado inicialmente em um contexto concreto de atuação da Natura na Amazônia.

O Mecanismo Amazônia Viva iniciou sua fase piloto em dezembro de 2023 e já conta com aportes que totalizam aproximadamente R\$ 6 milhões no CRA e R\$ 6 milhões no ECF nesta etapa inicial. Os primeiros

desembolsos do CRA foram destinados a 10 cooperativas e associações fornecedoras de insumos da sociobiodiversidade da Natura. Simultaneamente, o ECF inicia suas operações com assistência técnica para fortalecer a gestão financeira dessas organizações, preparando-as inicialmente para acessar o CRA e, posteriormente, acompanhando o uso planejado do crédito.

Esse mecanismo exemplifica de forma significativa a viabilidade de promover um modelo de desenvolvimento na paisagem amazônica, conciliando a conservação ambiental com a geração de renda e benefícios socioeconômicos para as comunidades locais. O engajamento da Natura com sua cadeia de fornecedores, em colaboração com cooperativas, o acesso a financiamento com taxas de juros adaptadas à realidade local e a assistência técnica desempenham papéis cruciais para seu sucesso. No entanto, é fundamental ressaltar a importância da construção de parcerias tanto com os setores governamentais quanto não governamentais, visando impulsionar e fortalecer os impactos positivos na paisagem.

## **BTG**

O **BTG**, o maior banco de investimentos da América Latina, tem investido em projetos voltados para Soluções Baseadas na Natureza, visando proteger e aprimorar os serviços ecossistêmicos críticos em

ecossistemas sob sua gestão. Dentre várias iniciativas nesse sentido, em 2021, o banco lançou a estratégia de reflorestamento (Reforestation Strategy), além dos investimentos (i) na desenvolvedora de créditos de carbono envolvida em iniciativas de conservação da Amazônia chamada Systemica e (ii) empresa de produtos à base de açaí, que possui ações voltadas para o desenvolvimento e gestão sustentável da cadeia extrativista denominada OAK.

O Reforestation Strategy tem como objetivo a aquisição de aproximadamente 270 mil hectares de terras degradadas no Brasil, Uruguai e Chile, destinando 50% dessas terras à proteção e restauração de ecossistemas nativos, enquanto a outra metade prevê o estabelecimento de fazendas comerciais para manejo florestal sustentável.

A estratégia conta com a Conservação Internacional (CI) como conselheira de impacto. Suas metas iniciais abrangem o plantio de ~200 milhões de árvores em ~135 mil hectares de áreas degradadas, por meio da proteção e da restauração de ~135 mil hectares de ecossistemas nativos, a produção de produtos florestais com impactos positivos para o clima por meio da integração vertical, gerar mais de 32 milhões de créditos de carbono, além do potencial impacto em termos de geração de empregos diretos e indiretos nas regiões.

Ao implementar iniciativas voltadas para a proteção e restauração de ecossistemas naturais, o

Reforestation Strategy alinha-se aos critérios de investimento em Soluções Baseadas na Natureza. O projeto conta com uma série de programas de monitoramento para acompanhar de perto as condições das propriedades, como: armadilhas fotográficas, medições da qualidade da água e amostragem do solo. Por fim, a estratégia também está trabalhando para entender as condições de vida da população local na região. Isso inclui uma análise do acesso a transporte público, assistência médica, educação e até mesmo serviço de telefonia celular, tudo com o objetivo de gerar impactos positivos tangíveis no bem-estar geral da comunidade.

## Rabobank Brasil

O Renova Pasto, criado em parceria com [Rabobank](#), [Agri3Fund](#) e [IDH](#), é um produto de financiamento que pode chegar até 10 anos com o objetivo de incentivar seus clientes a implementarem práticas para recuperação de pastagens de baixa produtividade e degradadas nas regiões do Cerrado e Amazônia. A iniciativa combina a prática do crédito rural, garantias de crédito de longo prazo e consultoria técnica em produção agrícola, visando apoiar os agricultores na transição em direção a uma agropecuária mais produtiva e sustentável.

Como exemplo da sua capacidade de escala, o modelo de financiamento do Renova Pasto garante apoio financeiro

à implementação das melhores práticas de produção sustentável nas fazendas integrantes da cadeia de suprimentos de uma das maiores produtoras globais de carne bovina e líder na produção de hambúrgueres. Essa iniciativa viabiliza uma pecuária de baixo impacto ambiental, contribuindo para a redução do desmatamento na cadeia produtiva. O potencial de padronização e replicabilidade do programa proporcionam uma significativa oportunidade de escala, permitindo que o projeto alcance pequenos e médios produtores<sup>9</sup>.

Como responsável pela prestação de assistência técnica aos agricultores, o projeto envolve a participação do IDH, que assegura apoio às atividades não geradoras de caixa, como a conservação florestal. Entretanto, apenas quando garantido a colaboração entre setor privado, comunidades locais, produtores rurais, ONGs e governos locais, a iniciativa pode ser avaliada como um exemplo de cumprimento ao critério de múltiplas partes interessadas. Da mesma forma, apenas é considerado o cumprimento ao critério de metas e ações coletivas quando os stakeholders de uma paisagem concordam com a visão geral para o desenvolvimento sustentável, utilizando oficinas colaborativas para a definição de metas e objetivos nas fases iniciais do projeto.

O Renova Pasto revela um potencial expressivo para se consolidar como um investimento

<sup>9</sup> Inovação Financeira para Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC). IFACC 2022 Market Report. 2023.

em paisagem, já atendendo ao requisito de escalabilidade. Entretanto, para aprimorar a estratégia de financiamento na paisagem, as etapas seguintes requerem a consideração das necessidades dos diversos participantes distribuídos na paisagem, incluindo cooperativas e a população local tradicional, durante a implementação do

projeto. É crucial incorporar iniciativas alinhadas a metas e ações coletivas entre as partes interessadas relevantes. Por fim, o desenvolvimento de atividades de monitoramento para garantir a transparência e monitoramento públicos é fundamental demonstrar seus avanços e contribuições para os resultados em nível de paisagem.



# Considerações Finais

**É notável o crescente movimento de empresas e instituições financeiras que optam por implementar projetos alinhados aos critérios LA/JA e maximizar a provisão de benefícios a nível de paisagem nos últimos anos. Do ponto de vista do mercado financeiro, tais iniciativas se apresentam como uma nova perspectiva para se protegerem contra riscos, criar novas fontes de receitas e promover um meio ambiente resiliente.**

Todavia, devido à sua recente conceitualização, as iniciativas carecem de histórico de performance, o que pode se refletir na captação de recursos no mercado. Apesar do crescente interesse em investimentos de impacto, ainda subsiste uma considerável parcela de investidores, qualificados, profissionais e/ou de varejo, que desconhecem a agenda e/ou que mesmo demonstram ceticismo.

Isso pode impactar a escala necessária que essas abordagens exigem do ponto de vista econômico e financeiro, mas também socioambiental e climático. Esse ponto tem sido contornado especialmente com estruturas de blended finance, mas em níveis ainda insuficientes para promover uma mudança mais profunda na alocação e distribuição de recursos para investimentos mais sustentáveis no longo prazo. O fornecimento de capital destinado a questões climáticas,

por exemplo, estagnou desde 2017 e está significativamente aquém dos níveis necessários para atingir metas cruciais. Conforme a recente estimativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), é essencial um aporte de US\$ 6 trilhões em financiamento climático para economias em desenvolvimento até 2030, a fim de cumprir apenas metade de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).<sup>10</sup>

Nesse sentido, aplicar abordagens de paisagem e/ou jurisdicionais (LA/JA) poderia apoiar a escalar esses investimentos, uma vez que se trata de uma agenda multi-stakeholder, pautada por objetivos e metas coletivos. Portanto, a participação ativa de outros atores na região, como sindicatos, cooperativas, comunidades locais, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e governo, é parte essencial dessas iniciativas para amplificar os impactos positivos na paisagem.

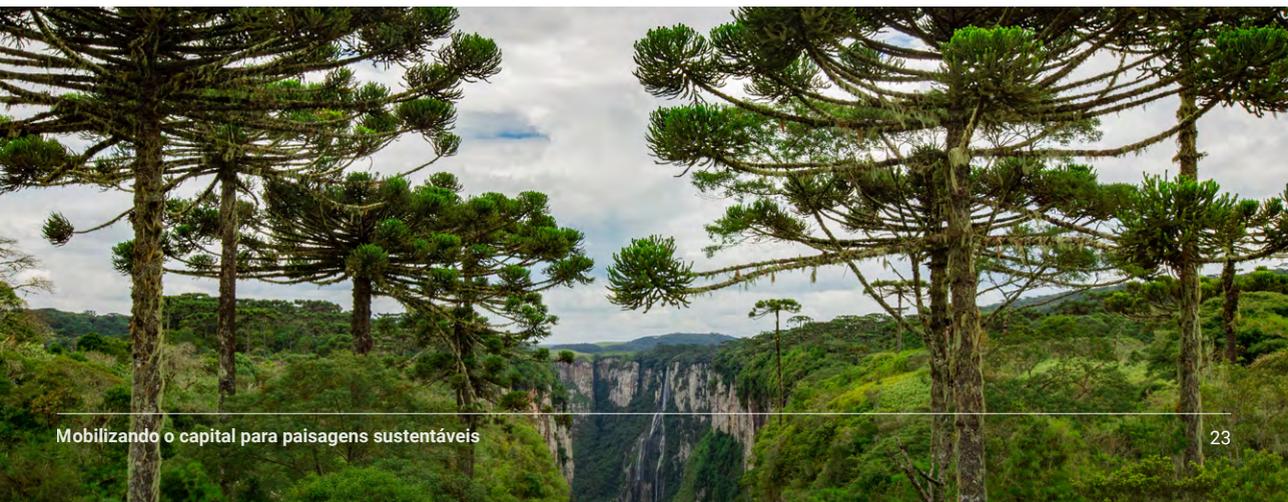
Sendo assim, para ampliar os resultados das iniciativas do mercado, levando em consideração uma abordagem LA/JA, seria importante a criação e fortalecimento de alianças entre diferentes partes, mas também entre concorrentes e/ou mesmo entre atores privados e governo, **promovendo uma gestão das paisagens de maneira mais horizontal e coordenada** entre esses diversos stakeholders.

Para atingir plenamente seu potencial, as abordagens de paisagem necessitam de um ambiente político e institucional propício, fundamentado em formas inovadoras de pensamento sistêmico. Isso implica no reconhecimento das parcerias de paisagens dentro das estruturas de políticas, possibilitando assim a oportunidade de transformação e a realização de diversas metas.

Um caso bem-sucedido de abordagem jurisdicional é coordenado pelo Instituto Produzir, Conservar e Incluir (PCI), criado pelo estado do Mato Grosso - região que representa mais de 90% da produção total de soja e milho no país e também abriga o maior rebanho de bovinos do Brasil. O Instituto PCI reúne órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, organizações de produtores rurais e empresas para auxiliar na resposta aos desafios multifacetados do Mato Grosso, visando aumentar a produtividade de commodities, reduzir as taxas de desmatamento e incluir a agricultura familiar e população tradicional na economia local.

Para atingir esses objetivos, o Instituto PCI desempenha o papel de articular ações entre os diversos atores envolvidos, gerenciar projetos, desenvolver normas, indicadores e procedimentos para a gestão ambiental em paisagem, além de identificar oportunidades de captação de recursos junto a doadores e investidores públicos e privados. A iniciativa busca um financiamento estimado em USD 30 bilhões até 2030 para implementar plenamente sua estratégia, sendo que 80% desse montante deve ser provido pelo setor privado, destinado a ações como a restauração de pastagens e florestas plantadas.

Além disso, é importante destacar que a transparência, certificação e monitoramento dos objetivos são fatores-chave para o sucesso dessas iniciativas. A divulgação e a consistência nas informações providas ao mercado, e da respectiva governança, permitem maior atração de investimentos para esses instrumentos financeiros e uma alocação de capital mais eficiente e sustentável.



# Tomada de decisão com base em dados

## Como o CDP tem apoiado o mercado de capitais

O CDP é o maior repositório mundial de dados ambientais corporativos e é essencial para fornecer aos investidores, formuladores de políticas e outras partes interessadas acesso a informações consistentes, abrangentes e comparáveis em todas as geografias. Com isso, Investidores possuem um acesso único e ilimitado das respostas das empresas sobre a sua governança e gestão de riscos e oportunidades relacionadas ao clima, biodiversidade, florestas, segurança hídrica e plásticos, elementos-chave da natureza. Vale lembrar que no questionário de florestas há um módulo especialmente dedicado para as capturar as iniciativas corporativas no que tange às abordagens de paisagem e jurisdicionais (LA/JA):

- ▼ **8.15** Você se envolve em abordagens de paisagens (incluindo jurisdicionais) para alcançar metas compartilhadas de uso sustentável da terra?
- ▼ **8.15.1** Indique os critérios que você considera ao priorizar paisagens e jurisdições para engajamento em abordagens colaborativas para o uso sustentável da terra e forneça uma explicação.
- ▼ **8.15.2** Forneça detalhes de seu envolvimento com abordagens de paisagens/jurisdicionais para o uso sustentável da terra durante o ano de relatório.
- ▼ **8.15.3** Para cada uma das commodities divulgadas, forneça detalhes dos volumes de produção/consumo de cada uma das jurisdições/paisagens em que você se envolve.

Além da expectativa de expansão de temas, cobrindo todas as fronteiras planetárias, os questionários do CDP serão integrados em todos os temas existentes já em 2024, reduzindo a duplicação para os respondentes e subsidiando uma visão mais holística para os usuários desses dados.

## Os dados e Scores do CDP podem apoiar Investidores na:

- ▶ Estruturação de veículos financeiros inovadores como os que vimos nesse estudo, selecionando potenciais empresas parceiras com base no desempenho da divulgação de sua gestão ambiental e climática.

Essas empresas poderão atuar como parceiras na implementação do veículo ao mobilizarem suas cadeias de valores e/ou outras partes interessadas no entorno de uma paisagem, ampliando a sua capacidade de financiamento, especialmente a cooperativas e produtores rurais. Além disso, essas empresas também podem apoiar na composição de capital concessional (pensando em estruturas de blended finance), mitigando os riscos de agência e atraindo capital privado.

## E de maneira mais ampla:

- ▶ Na análise da exposição do portfólio a riscos de desmatamento e degradação ambiental provocados pelas principais commodities, a saber: produtos madeireiros e bovinos, soja, café, cacau, borracha e óleo de palma.;
- ▶ No desenvolvimento e/ou fortalecimento de teses de investimento responsável, bem como no estabelecimento de critérios de seleção de monitoramento de ativos.

Para obter informações adicionais sobre como o CDP pode facilitar os planos de ação em nível de paisagem e apoiar o aumento da disponibilidade de dados relacionados às interações corporativas com iniciativas de paisagem, consulte [nossa página](#) "Das chamadas à ação para ação na natureza: uma abordagem de paisagem".

## Alinhamento a estrutura da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD)

Assim como foi feito com a TCFD (Taskforce on Climate-related Financial Disclosure), onde o CDP realizou um trabalho pioneiro em alinhar seu questionário de mudanças climáticas a essas recomendações, bem como o alinhamento mais recente ao IFRS S2, o mesmo movimento irá ocorrer em relação a TNFD.

O alinhamento do CDP, apoiado pelo TNFD, acelerará a implementação da estrutura há muito esperada para a divulgação financeira relacionada à natureza em toda a economia global. Por meio do CDP, investidores, compradores e formuladores de políticas podem acessar informações relacionadas à natureza em um formato consistente, comparável e padronizado.



**O CDP tem o prazer de anunciar nossa intenção de alinhar nossa plataforma de divulgação global com a estrutura TNFD, o que é uma oportunidade empolgante para uma resposta unificada à crise da perda da natureza. Com mais de 18.700 empresas, valendo metade da capitalização de mercado global, divulgando por meio do CDP apenas em 2022, esse alinhamento será fundamental na implementação da estrutura TNFD em toda a economia global, aumentando a harmonização, permitindo o acesso a dados padronizados, reduzindo a carga de relatórios sobre as empresas e abrindo caminho para uma regulamentação robusta sobre a divulgação relacionada à natureza.**



Nicolette Bartlett, Chief Impact Officer do CDP

## **Campanha non-disclosure**

A Campanha de Não Divulgação – do Inglês *Non-Disclosure Campaign* (NDC) - é uma iniciativa colaborativa para que os Investidores Signatários do CDP se envolvam diretamente com empresas que não responderam ao questionário de segurança climática, florestal e/ou hídrica. A NDC funciona junto com a principal solicitação de divulgação do CDP, para impulsionar os níveis de transparência e divulgação corporativa. Os Investidores podem se inscrever voluntariamente como líderes, quando eles se envolvem diretamente com as empresas, ou como co-líderes, onde eles reforçam o pedido de outros Investidores; desempenhando um papel vital na condução de transparência corporativa – as empresas têm mais de duas vezes de chances de responder se estiverem engajadas diretamente por meio da campanha. Sendo assim, os Investidores podem apoiar a aumentar a divulgação corporativa no que tange os temas relacionados à natureza através da NDC, engajando as empresas de seus portfólios a relatarem e a melhorarem suas informações divulgadas sobre florestas e iniciativas LA/JA. Como resultado, esses investidores terão acesso a mais dados para apoiar no processo de tomada de decisão.



Para mais informações, contate:

### Time de Mercado de Capitais

investor.latam@cdp.net  
55 (11) 2305-6996 ext: 1200

### Lais Cesar

Head de Mercado de Capitais,  
Supply Chain e Reporter Services  
lais.cesar@cdp.net

### Juliana Lima

Gerente de Mercado de Capitais  
juliana.lima@cdp.net

### Isadora Monteiro Carvalho

Analista de Mercado de Capitais  
isadora.monteiro@cdp.net

### Colaboração

Climate Bonds Initiative  
JGP  
BTG  
Natura & Co  
Vert Securitizadora  
Funbio  
Rabobank Brazil

---

### CDP Latin America

Alameda Santos, 1767 sl. 902  
Cerqueira Cesar, 01419-100  
São Paulo, Brasil  
Tel +55 (11) 2305 6996

[www.cdp.net/latin-america](http://www.cdp.net/latin-america) 

[youtube.com/cdprojectsa](https://youtube.com/cdprojectsa) 

[br.linkedin.com/company/cdp-la](https://br.linkedin.com/company/cdp-la) 

[twitter.com/cdplatinamerica](https://twitter.com/cdplatinamerica) 

[instagram.com/cdplatinamerica](https://instagram.com/cdplatinamerica) 

---

O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que administra um sistema mundial de divulgação ambiental para empresas, cidades, estados e regiões. Fundado em 2000 e trabalhando com mais de 740 instituições financeiras que abrangem mais de US\$ 136 trilhões em ativos, o CDP foi pioneiro no uso de mercados de capitais e compras corporativas para motivar as empresas a divulgar seus impactos ambientais, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, gerenciar os recursos hídricos e proteger as florestas. Mais de 24.000 organizações em todo o mundo divulgaram dados por meio do CDP em 2023, com mais de 23.000 empresas – incluindo listadas que valem dois terços da capitalização de mercado global – e mais de 1.100 cidades, estados e regiões. Totalmente alinhado à TCFD, o CDP detém o maior banco de dados ambientais do mundo e as pontuações do CDP são amplamente utilizadas para impulsionar decisões de investimento e aquisição para uma economia de carbono zero, sustentável e resiliente. O CDP é membro fundador da iniciativa Science Based Targets, We Mean Business Coalition, The Investor Agenda e da iniciativa Net Zero Asset Managers. Visite <https://la-pt.cdp.net/> ou siga-nos @CDPLatinAmerica.

Este relatório foi possível graças ao apoio do povo dos Estados Unidos da América através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é da responsabilidade da iniciativa Aliança das Paisagens e não reflete necessariamente as opiniões da USAID, dos Estados Unidos ou dos parceiros individuais da iniciativa.



**USAID**  
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS



**CDP**  
DISCLOSURE INSIGHT ACTION



**RAINFOREST ALLIANCE**



**CLARMONDIAL**

**CONSERVATION INTERNATIONAL**

